

ENTRE REDES E RENDAS: a tessitura do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos como lugar de memória (1952-1964)

Fernando Gouvêa¹ (Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro)

RESUMO

O presente artigo aborda a gênese do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a gestão de Anísio Teixeira à frente do instituto, no período de 1952 a 1964. Tal gestão buscou tecer redes para consolidar o INEP como um lugar de memória oficial. A preocupação com as publicações, com a biblioteca e com a descentralização e o alargamento dos serviços do INEP, dentre outras, vai ao encontro de características que visaram a colocar em prática as estratégias de articulação, irradiação e mobilização, consubstanciando uma rede em ação e solidificando a construção de uma memória coletiva.

Palavras-chave: INEP - Anísio Teixeira - história – memória - 1952-1964

ABSTRACT

This article discusses about the genesis of the Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) and the time Anísio Teixeira was ahead of the Institute, from 1952 to 1964. At that time Teixeira tried to consolidate INEP as a place of official memory. He worried about the publications, the library and with the discentralization and enlargement of the services offered by INEP. This interests have to do with the strategies of articulation, irradiation and mobilization, acting to build a group memory.

Key-words: INEP - Anísio Teixeira – history – memory - 1952-1964

¹ Fernando César Ferreira Gouvêa é doutorando em Educação pela PUC-RJ. E-mail:gouvea.f@ig.com.br

Em algum lugar do passado... um pouco da história do INEP

Em 1930, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública impôs ao poder central novas atribuições e responsabilidades em relação ao ensino e evidenciou a urgência da criação de uma instituição que tivesse seus objetivos voltados para os estudos pedagógicos.

Entretanto, somente em 1934 foi criada, no âmbito do referido Ministério, a Diretoria Nacional de Educação que tinha, como princípios norteadores, o estudo e o preparo dos processos e dos atos oficiais relativos ao ensino em todos os seus ramos, bem como as investigações de natureza pedagógica necessárias à coordenação das atividades e das iniciativas da administração pública, em todos os assuntos educacionais (Lourenço Filho, 1945, p.97). A experiência não foi satisfatória visto a dificuldade de conciliar, num só órgão, as funções administrativas e de pesquisa.

Na tentativa de reorganização do Ministério e, sobretudo, a fim de solucionar os problemas que vinham dificultando o trabalho do órgão, foi criado, na gestão de Gustavo Capanema, em 1937, o Instituto Nacional de Pedagogia, que deveria encetar pesquisas que abarcassem os problemas do ensino, na sua diversidade de aspectos. A instalação do referido Instituto não aconteceu de imediato, pois além dos múltiplos encargos que a reestruturação acarretou ao Ministério, as vicissitudes políticas causadas pelo golpe do Estado Novo impediram o seu processo de instalação. Assim, acompanhando o raciocínio de Dantas (2000) cabe observar (...) que este órgão só entrou em funcionamento de fato no ano de 1938, por força de legislação complementar, quando passou a chamar-se Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

O Decreto-Lei n. 580 ampliou as atribuições do Instituto e trouxe inúmeras dificuldades para Lourenço Filho, seu primeiro diretor, pois mais do que um simples órgão destinado a realizar pesquisas sobre os problemas de ensino, caberia ao INEP (...) cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público, por meio de estudos e quaisquer providências executivas, nos trabalhos atinentes à seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação do funcionalismo público da União (art. 3º). O artigo 4º do mesmo Decreto-Lei estabeleceu a seguinte organização: quatro seções técnicas (documentação e intercâmbio, inquéritos e pesquisas, psicologia aplicada e orientação e seleção profissional); um Serviço de Biometria Médica; uma Biblioteca Pedagógica; e um Museu Pedagógico.

Segundo o entendimento de Mariani (1982, p.173), o programa era ambicioso e sua realização era dificultada por dois obstáculos dificilmente contornáveis, não só na época em que foi concebido, como também no decorrer de sua vida: a falta de pessoal especializado e as rígidas normas do funcionalismo público. Vale acrescentar que, além de tais dificuldades, projetos prioritários para o governo central como a instituição de um Fundo Nacional do Ensino Primário e serviços como o de Biometria Médica que – segundo o relatório de atividades do ano de 1944 – lotava 73,86% dos servidores do INEP, ocasionaram um prejuízo para os demais serviços e, obviamente, para as questões atinentes à pesquisa. Percebo que a reestruturação proposta num momento de políticas públicas centralizadoras determinou, novamente, a burocratização de um órgão que deveria ter na pesquisa educacional o seu motor.

Ainda na gestão de Lourenço Filho, desejo destacar, de forma sucinta, a criação de dois importantes instrumentos de troca de informações que estão muito bem explorados na tese de doutorado de Dantas (op cit): o Boletim do INEP, criado em 1940, e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, que teve sua primeira publicação em julho de 1944. Considero fundamentais tais publicações por entender que se apresentam como estratégias de intervenção no fazer pedagógico e na organização da educação nacional (Gouvêa, 2004).

Em 1946, Lourenço Filho foi substituído por Murilo Braga de Carvalho na direção do INEP. A administração de Murilo Braga estendeu-se até 1952. Nesse período, o INEP praticamente perdeu o seu caráter de instituto de pesquisas, continuaram apenas alguns serviços de documentação, ligados à legislação, e publicaram-se alguns catálogos sobre oportunidades de educação existentes no país. Cabe aduzir que a própria Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos passou por um processo de extrema irregularidade no que concerne à sua periodicidade.

Não caberia num artigo o levantamento detalhado das causas dessa acentuada perda de identidade do INEP. Segundo Mariani (op cit, p. 174), dentre várias, uma pode ser apontada como a causa principal da situação por demais delicada vivida pelo Instituto: a extinção da Diretoria do Ensino Primário e Normal e, conseqüentemente, a passagem das atribuições desta para o INEP. Dentre as atribuições, merece destaque a administração dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário que colocou, para o Instituto, o desafio de coordenar a tarefa de construção de prédios escolares em todas as regiões do país.

Assim, este breve histórico possibilita a compreensão que por motivos de excessiva burocratização e centralização das políticas públicas, por falta de pessoal especializado para funções importantes, dentro da estrutura organizacional, por atribuições que estavam além das suas condições de atendimento ou por vicissitudes do próprio contexto político, o INEP não teve, nos estudos pedagógicos, na preocupação com a formação/aperfeiçoamento do magistério e na pesquisa educacional, o seu eixo principal. Aspectos estes que tiveram uma centralidade na gestão de Anísio Teixeira, gestão que considero a expressão do pensamento/ação de Anísio e que tem, como corolário, a construção de uma rede em ação.

A rede em ação: o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos na gestão de Anísio Teixeira

Anísio Teixeira assumiu a direção do INEP em 1952 . Considero o discurso de posse como gestor do INEP uma “certidão” de nascimento de um novo projeto institucional, haja vista considerar que o referido discurso contém: o alargamento das atribuições do INEP e sua centralidade no processo de reconstrução da educação nacional. Nota-se isto quando Anísio afirma que as funções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverão ganhar, nessa nova fase, amplitude ainda maior, buscando tornar-se, tanto quanto possível, o centro de inspirações do magistério nacional, para a formação daquela consciência educacional comum e o papel dos estudos do INEP na eclosão desse movimento de consciência nacional, indispensável à reconstrução escolar.

A gênese da Campanha de inquéritos e levantamentos do ensino médio e elementar (CILEME) dá-se quando se assinala que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tem de tentar uma tomada de consciência na marcha da expansão educacional brasileira e passa a examinar o que foi feito e como foi feito, proceder a inquéritos esclarecedores e experimentar, medir a eficiência ou ineficiência de nosso ensino. Já a gênese da Campanha do livro didático e manuais de ensino (CALDEME) inicia-se ao asseverar que, os métodos de tratamento, surgirão nos guias e manuais de ensino para os professores e diretores de escolas. Estes materiais constituirão livros experimentais de sugestões e recomendações, para a condução do trabalho escolar.

Entendo que os pontos realçados do discurso constituíram o lançamento de estratégias para a configuração e consubstanciação de uma REDE. Utilizo a conceituação de “rede” por entender ser a mesma um elemento chave pela importância que penso ter ela assumido, no âmbito das políticas públicas dos anos 1950 e 1960. Neste período o Estado deteve uma natureza modernizante que se expressou de forma contraditória. Havia a centralização da vida política e econômica e, simultaneamente, a disciplina submetida aos fatores produtivos, que estavam nas mãos de uma ação estatal intervencionista e que conviviam com um caráter conservador, presente no sistema político, a ser constantemente intermediado por fortes ideologias de estado (populismo, desenvolvimentismo, nacionalismo).

Ao assumir um papel de destaque, essas ideologias de Estado tinham a função de neutralizar as tensões latentes, constituindo-se instrumentos de legitimação do amplo projeto da nação. Nesse contexto contraditório, que passa a conviver com os sérios problemas resultantes do rápido crescimento industrial, é que se insere a problemática questão educacional do país.

O INEP, a partir da gestão de Anísio, passou a ter a seguinte estrutura: a Direção, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), os Centros Regionais de Pesquisa Educacional (CRPEs) e uma Comissão Consultiva. Por sua vez, o CBPE contava, na sua estrutura básica, com a Direção do Programa, com as Divisões de Estudos e Pesquisas Educacionais, de Estudos e Pesquisas Sociais, de Documentação e Informação Pedagógica e com a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, além da Secretaria Executiva e do Serviço Administrativo. Os Centros Regionais tinham estrutura organizacional idêntica ao CBPE.

Segundo Bonamino (2000, p. 1), uma das características mais marcantes da gestão de Anísio Teixeira, no INEP, é que ele procurou estabelecer um compromisso entre a produção de pesquisa na área das ciências sociais e a política educacional, numa perspectiva regionalizada e que visava a manter uma relativa autonomia, com relação ao poder central do MEC. Para Anísio, essa articulação das ciências sociais com a educação era indispensável para a consubstanciação de um projeto de cunho científico que pautasse as ações no campo educacional.

Na gestão de Anísio, gestão marcada por mudanças na organização institucional, além da CALDEME e da CILEME criadas, respectivamente, em 1952 e 1953, foram

criados, em 1955, o Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisa Educacional (CRPEs) que, no entender de Freitas (1999, p.67), estiveram relacionados ao esforço intelectual amplo e multifacetado, com o qual a aproximação entre os temas planejamento e questões regionais; conhecimento local e questão nacional; procedimentos científicos e estudo de casos, estiveram imbricados. Ainda sobre a criação do CBPE, desejo aduzir o comentário de Mendonça (1997, p. 30) ao afirmar que a experiência do CBPE constituiu-se mais um desdobramento de uma meta que Anísio vinha perseguindo, desde os anos 1920-1930. A meta das ações no campo educacional foram pautadas por instrumentos de cunho científico, através de pesquisas, como estratégia de interferência no fazer pedagógico.

Utilizo a categoria estratégia dentro de uma perspectiva de intervenção. Estratégia que, no dizer de Certeau (1994, p.46), é o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ele postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta (...). Portanto, uma relação entre esta intervenção e as práticas utilizadas para a sua consubstanciação, num processo que entende que o exercício dessas práticas está imbricado com o exercício do poder.

Percebo, assim, ser fundamental apontar, neste artigo, três tipos de estratégias que reputo essenciais para a tentativa de sustentação de uma análise do papel exercido, pelo INEP, na gestão de Anísio Teixeira. São elas: estratégias de articulação (as instâncias organizacionais internas do INEP); e estratégias de irradiação (a utilização dos instrumentos de divulgação das iniciativas do INEP, através de periódicos, destes vale ressaltar o boletim do CBPE e a revista Educação e Ciências Sociais, ambos de 1957); e estratégias de mobilização (o trabalho desenvolvido pelo CBPE e, conseqüentemente, pelos CRPEs numa filosofia que penso estar traduzida no máximo envolvimento de todos os atores, num processo contínuo).

Assim, mediante leituras e pesquisas documentais, feitas até o momento sobre o INEP na gestão de Anísio Teixeira, ousou afirmar a existência de um projeto extremamente arrojado e inovador para a época, que buscou configurar a unidade dentro da diversidade, o nacional a partir do regional e – por mais paradoxal que possa parecer – a centralização como ponto de partida para a descentralização do sistema educacional

brasileiro, transformando o INEP numa REDE em AÇÃO e num lugar de MEMÓRIA.

E o vento não levou: o INEP como lugar de memória

Entendo ser relevante a feitura de um comentário sobre as principais características da produção intelectual de Anísio, que vem ao encontro da tese levantada na parte anterior deste artigo e que, na observância dessa produção, parece-me necessário evidenciar a consubstanciação do INEP como um lugar de memória, haja vista a força empreendedora de Anísio que se configura na postura de transformar idéia em ação. Cabe, agora, uma análise sobre determinados temas que penso serem uma matriz de referência do pensamento anisiano, na medida em que explicita conceitos-chave, fundamentais nas políticas e nas práticas educacionais por ele adotadas à frente da INEP, instituição privilegiada para exemplificar tal situação, pela centralidade do papel institucional atribuído pela diversidade de publicações, que divulgam textos de diversos intelectuais e do próprio Anísio.

Os textos selecionados para a compreensão dessas políticas e práticas foram extraídos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. De uma forma geral, esses textos expressam a percepção de Anísio sobre o momento do país, marcado pelo influxo do desenvolvimentismo e suas diferentes expressões de modernidade. Neles, são abordadas questões que articulam educação e unidade nacional, ciência e humanismo, administração pública e educação, educação e mudança social, bem como educação e desenvolvimento.

Através desse estudo, foi possível a identificação de especificidades relevantes e características do pensamento de Anísio Teixeira, pensador social e da educação, intelectual e homem público, atento ao novo contexto dos anos de

1950 e 1960. Assim, segundo Anísio: estamos vivendo um período agudo de desenvolvimento do país, em que o Governo vê consideravelmente ampliadas as suas responsabilidades, no sentido de retificar, suprir e harmonizar esse crescimento, por isto que, de certo modo, espontâneo, também se mostra desproporcionado senão desordenado .

No mapeamento das principais idéias desenvolvidas por Anísio nos anos 1950 e 1960, que abordo de maneira sucinta neste artigo, evidenciou uma preocupação constante com o conceito de descentralização, uma questão que, para ele, estava diretamente relacionada com o desenvolvimento e progresso do país. Para o educador, descentralização opunha-se ao que, na época, era entendido por unidade nacional. Contrariamente ao pensamento corrente, Anísio afirmava que a relação que se estabelece entre educação e unidade nacional não implica na eliminação da ampla diversidade cultural, para ele, condição de progresso do país, enquanto que a uniformidade e a especialização, são condições que conduzem à estagnação.

O conceito de unidade era então entendido e explicado como o resultado dinâmico de forças diversas dentro de um espírito comum. Para Anísio, a idéia da descentralização se potencializava em diferentes instâncias de progresso e desenvolvimento, a saber: numa efetiva regionalização dos sistemas de ensino; no papel da União enquanto um núcleo legislativo básico (a partir do qual cada Estado poderia executar adaptações e ajustamentos indispensáveis); no entendimento do ler, escrever e contar, enquanto técnicas sociais que devem ser ensinadas levando-se em conta a especificidade do contexto e da região; e na defesa de uma autonomia educacional local, geradora de uma prática formadora própria.

Sempre de forma articulada à idéia da descentralização, Anísio aponta para outras questões afins. No que se refere à valorização da ciência, defendia o uso do conhecimento científico, entendido como conhecimento experimental e progressivo.

Destacava a importância do uso dos métodos científicos nos campos de conhecimento relacionados com contextos e problemas humanos, possibilitando assim uma intervenção mais orgânica na sociedade, além da possibilidade de reformulações específicas, tendo em vista o mapeamento e posterior análise crítica dos resultados obtidos.

De uma outra perspectiva, defendia que o conteúdo da educação escolar deveria ser direcionado para o trabalho humano, pois “A educação para o desenvolvimento, a educação para o trabalho, a educação para produzir, substituirá a educação transplantada e obsoleta, a educação para a ilustração, para o ornamento e, no melhor dos casos, para o lazer” (Teixeira, 1958, p.32).

Vale registrar que Anísio sempre alimentou, de forma dinâmica e singular, a evolução de seu pensamento e de suas idéias sobre a educação, articulando-as com uma concreta vivência das práticas políticas por ele encaminhadas dentro da estrutura do Estado, mais precisamente em sua permanência, ao longo de 13 anos, no Ministério da Educação. Sua produção intelectual, ao mesmo tempo em que alimentava sua atuação, era alimentada pelo seu desempenho e pela sua experiência enquanto homem público, que fazia acontecer as definições políticas. Tal perspectiva de ação impele-me a refletir sobre a construção do INEP como lugar de memória.

A identificação do INEP como lugar de memória significa um desafio, tanto no plano teórico quanto no plano empírico. Porém, entendo que o presente artigo não tem como objetivo exaurir a questão, pelo contrário, pretendo apenas iniciar um diálogo com diferentes autores que traçaram pontos basilares para um imbricamento entre história, projeto e memória. Vale acrescentar que tenho, como intenção, tentar traduzir como tais conceitos articulam-se na construção do INEP como um lugar de memória.

Defendo, pois, a posição que as estratégias acionadas para uma reformulação do INEP teceram uma rede em ação. Quanto à noção de rede, tomo por empréstimo as definições de Elias (op cit, p. 22) ao afirmar que a rede de funções no interior das associações humanas, ou seja, da sociedade, representa uma (...) ordem invisível em que são constantemente introduzidos os objetivos individuais e uma (...) rede de funções interdependentes pela qual as pessoas estão ligadas entre si tem peso e leis próprios. Tal aspecto realça o processo de relação do indivíduo com o coletivo e, mais do que isso aponta para as relações interdependentes que ocorrem a partir do momento em que uma rede é colocada em ação.

Ainda, segundo Elias, nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidos em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca (...). Tal perspectiva reforça a idéia de um projeto coletivo, ou seja, de um grupo sob o comando de Anísio Teixeira que, mais do que atingir finalidades específicas teve a intenção de construir marcos no campo educacional.

Uma rede que, a meu ver, trouxe no seu bojo a existência de um projeto. Projeto entendido como (...) instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos consolidando a sua existência como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo (Velho, 1994, p.103). Portanto, um projeto que está ligado à idéia de indivíduo-sujeito, mesmo tratando-se de um ator coletivo, pois (...) um projeto coletivo supõe sempre a imbricação de uma série de projetos individuais distintos (Mendonça, op cit, p.30).

A existência de um projeto para o INEP, independente de seus atributos, por si não garantiria as transformações necessárias. Tal perspectiva só poderia ser alcançada com o cotejo dos projetos anteriores, das idéias, da filosofia que pautou a atuação institucional e das relações estabelecidas com o campo. Destarte, a execução de um projeto pede a presença da memória como um indicador de permanências / lembranças ou ausências / esquecimentos. Assim, o projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade.

Entendo, como Le Goff (op cit, p. 426), que estudar a questão da memória significa ter um fundamento para abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. Percebo que considerar o INEP um lugar de memória traz a possibilidade de pensar-se numa memória coletiva, que exige um atento olhar para o passado vivido pelos grupos ou o que tais grupos fizeram questão de reforçar e edificar, como o seu passado, entendendo que toda consciência do passado está fundada na memória (Lowenthal, 1998, p. 75). Um passado repleto de curvas, desvios, atalhos e estradas que levam ao estudo dos aspectos materiais, funcionais e simbólicos, fundamentais para a construção de uma identidade institucional.

Desejo assinalar que o trabalho realizado pelo INEP apresentou um caráter material se observarmos o investimento em bibliotecas, laboratórios, arquivos; um caráter funcional quando estudamos as publicações oriundas do instituto como manuais, livros, periódicos; e um caráter simbólico quando pensamos na significação e experiência vividos pelos que participaram, diretamente, deste processo e que, décadas após, devido à sua importância, é objeto de estudo de diversos pesquisadores, sob diferentes ângulos.

Acompanho Nora (1993) ao estabelecer que os três tipos de caráter, aventados anteriormente, só constituem lugares de memória se acompanhados de uma aura simbólica que estabeleça uma relação com a história ou, como define o autor, uma outra história. Cabe ressaltar que entendo o processo de reconstrução do INEP como tentativa de constituição de uma outra visão sobre o fazer pedagógico, um fazer que tentou erigir-se como homogêneo, como paradigmático de uma época. Tal movimento leva à compreensão de uma organização consciente ou, às vezes, inconsciente de uma determinada memória coletiva, para a conformação de um projeto institucional.

Pensar o INEP – na gestão de Anísio Teixeira – como um lugar de memória, significa entender que toda memória oficial deve passar credibilidade para ser aceita e por isso precisa de justificativa, organização e registro (Lopes, 2003, p.172). A preocupação com as publicações, com a biblioteca e com a descentralização dos serviços do INEP, dentre outras, vai ao encontro das características apontadas por Lopes, que visam a colocar em prática as estratégias de articulação, irradiação e mobilização levantadas neste artigo. Práticas que são pilares para a construção de uma memória coletiva.

Seguindo o raciocínio de Lopes, esbarro com a seguinte questão: como lidar com as lembranças proibidas, indizíveis, que maculam a aparente harmonia de um movimento ou instituição? A questão levantada serve-me como apoio para pensar nos silêncios ou esquecimentos institucionais, numa perspectiva de escolha de determinados caminhos e não outros, questão presente no processo de conformação do INEP nesses anos 1950-1960. Refletir sobre o que não foi publicado, os livros não adquiridos, as batalhas travadas e traduzidas num silêncio de catedral.

Por fim, tenho na memória um abril de 1964... Anísio foi exonerado, tanto do INEP quanto da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Um silenciamento de um indivíduo-coletivo, de um sujeito-social, um criador de instituições – com erros e acertos – mas um intelectual privado de seus direitos elementares. Uso da violência física que tenta apagar a força simbólica de tecer redes com pouca renda. Tentativa de provocar o esquecimento que também é memória e, por ser memória, reaparece aos olhos como a produção de uma determinada imagem, quase uma fotografia que capta um momento no tempo, capta um instante daquilo que chamamos eternidade.

Referências bibliográficas

BOMENY, Helena (2001). Darcy Rybeiro: sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte: UFMG.

BONAMINO, Alicia (2001). O INEP nos anos 90: notas para a análise de suas transformações PUC-Rio (mimeo.).

BOURDIEU, Pierre (1996). A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes(org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, p.183-191, BOSI, Ecléa (2003). A substância social da memória. In: O tempo vivo da memória. São Paulo: Ateliê Editorial, p. 13-73.

BRANDÃO, Zaia (1996). A identidade do campo educacional. Cadernos PUC-Rio, n.26. _____. (2001). Fita cassete contendo a intervenção como presidente da banca avaliadora da dissertação de mestrado Um percurso com os Boletins da CAPES: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil. Dissertação de mestrado, Departamento de Educação da PUC-Rio. 1 fita cassete (90 min.).

CERTEAU, Michel de (1994). A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes.

DANTAS, Andréa Lopes (2001). A urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: A gestão de Lourenço Filho (1938-1946). Tese de Doutorado, Programa de História e Filosofia da Educação, PUC-São Paulo.

ELIAS, Norbert (1994). A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar.

FREITAS, Marcos Cezar de (1999). A pesquisa educacional como questão intelectual na história da Educação brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Memória intelectual da educação brasileira. Bragança Paulista: EDUSF, p. 65-84.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – CPDOC (1945). Arquivo Lourenço Filho, LF n. 087. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Atividades do ano de 1944: relatório apresentado ao Sr. Ministro da Educação.

_____. Arquivo Anísio Teixeira – AT pi 52.00.64.

GOUVÊA, Fernando (2001). Um percurso com os Boletins da CAPES: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil. Dissertação de mestrado, Departamento de Educação da PUC-Rio, 2001.

_____. (2004). O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos na Gestão de Anísio Teixeira (1952-1964). Projeto de Doutorado, Departamento de Educação, PUC-Rio. . INEP (1987). A educação nas mensagens presidenciais. Brasília: MEC/INEP.

KOSSELECK, Reinhart (1990). Champs d'expérience et horizon d'attente. Deux catégories historiques. In: Le future passé. Paris: Ehesc, p. 307-29.

- LE GOFF, Jacques (1990). História e memória. Campinas: Unicamp.
- LOURENÇO FILHO (1945). O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em sete anos de atividades. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. VI, n. 16, p. 95-135.
- LOPES, Sônia Maria de Castro Nogueira (2003). A oficina de mestres do Distrito Federal: história, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939). Tese de Doutorado, Departamento de Educação, PUC-Rio..
- LOWENTHAL, David (1998). Como conhecemos o passado. Revista Projeto História, n. 17, p. 63-200, 1998.
- MARIANI, Maria Clara (1982). Educação e Ciências Sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. In: Schwartzman, Simon (org.). Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro. Brasília: CNPq.
- MENDES, Durmeval Trigueiro (2000). O planejamento educacional no Brasil. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- MENDONÇA, Ana Waleska P.C. (1997). O CBPE: um projeto de Anísio Teixeira. In: MENDONÇA, Ana Waleska P.C., BRANDÃO, Zaia (org.). Por que não lemos Anísio Teixeira? Rio de Janeiro: Ravil, p. 27-46.
- NEVES, Margarida de Souza (2000). As artes da memória: a modo de post-scriptum. In: MIGNOT, Ana Crystina Venâncio et al. Refúgios do eu. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 229-37.
- NORA, Pierre (1993). Entre memória e história. Revista Projeto História, n. 10, p. 7-26.
- RICOEUR, Paul (2000). Mémoire personnelle.Mémoire collective. In: La mémoire, l'histoire, l'oubli. Paris: Seuil, p. 112-163.
- ROSSI, Paolo (1992). Ricordare e dimenticare. In: Il passato, la memória, l'obli. Bolonha: Il Mulino, p. 13-34.
- TEIXEIRA, Anísio (1952). Discurso de posse do professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. XVII, n. 46, p. 69-79.
- _____. (1958). Variações sobre o tema da liberdade humana. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 29, n. 69.
- VELHO, Gilberto (1994). Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar.
- XAVIER, Libânia Nacif (1999). O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas

Educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-1960). Tese de Doutorado,
Departamento de Educação, PUC-Rio.